

RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO
MARIA FRANCINEILA PINHEIRO DOS SANTOS
CRISTINA MARIA COSTA LEITE
MARCILEIA OLIVEIRA BISPO
CLÉZIO DOS SANTOS
(ORG.)



FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO



SER
TÃO
CULT



Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Maria Francineila Pinheiro dos Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Cristina Maria Costa Leite
Universidade de Brasília (UnB)



Marcileia Oliveira Bispo
Universidade Federal do Tocantins (UFT)



Clézio dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ)

FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO

RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO
MARIA FRANCINEILA PINHEIRO DOS SANTOS
CRISTINA MARIA COSTA LEITE
MARCILEIA OLIVEIRA BISPO
CLÉZIO DOS SANTOS
(ORG.)

FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO

Sobral-CE
2021



Formação docente, ensino de geografia e o livro didático

© 2021 copyright by Raimundo Lenilde de Araújo, Maria Francineila Pinheiro dos Santos, Cristina Maria Costa Leite Marcileia Oliveira Bispo e Clézio dos Santos, (ORGs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de Geografia

Alberto Pereira Lopes

Alisson Slider do Nascimento de Paula

Ana Paula Pinho Pacheco Gramata

Antonio Adílio Costa da Silva

Francisco Ari de Andrade

Irineu Soares de Oliveira Neto

Isorlanda Caracristi

Marcelo de Oliveira Moura

Maria Artemis Ribeiro Martins

Paulo Rogério de Freitas Silva

Paulo Sérgio Cunha Farias

Sandra Liliانا Mansilla

Vanda Carneiro de Claudino Sales

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Revisão

Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação

Francisco Taliba

Capa

Francisco Taliba

Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967

F723	Formação docente, ensino de geografia e o livro didático / Raimundo Lenilde de Araújo ... [et al.]. (Organizadores.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. 526p. ISBN: 978-65-87429-99-1 - e-book - pdf ISBN: 978-85-67960-39-5 - papel Doi: 110.35260/87429991-2021 1. Formação docente. 2. Ensino de Geografia. 3. Geografia- Didática. 4. Geografia- Livro didático. 5. Geografia- Docência. I. Araújo, Raimundo Lenilde de. II. Santos, Maria Francineila Pinheiro dos. III. Leite, Cristina Maria Costa. IV. Bispo, Marcileia Oliveira. V. Santos, Clézio. VI. Título.
------	--

CDD 371.3
371.12



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Sumário

APRESENTAÇÃO 11

Doi: 10.35260/87429991p.17-30.2021

AFINAL, PARA QUEM SERVE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO? 17

ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.31-44.2021

AUTORES DE LIVROS PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1940..... 31

JANETE REGINA DE OLIVEIRA

Doi: 10.35260/87429991p.45-54.2021

BIOMA CAATINGA: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PATOS-PB 45

TELMA GOMES RIBEIRO ALVES

ROSEMERI MELO E SOUZA

DIÓGENES FÉLIX DA SILVA COSTA

Doi: 10.35260/87429991p.55-67.2021

CIÊNCIA DA MORFOLOGIA DE GOETHE: O ARQUÉTIPO E A FORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA 55

ANTONIO CARLOS VITTE

Doi: 10.35260/87429991p.69-82.2021

CRIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA UM ENSINO DE GEOGRAFIA INTERATIVO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS..... 69

JAQUELINE MACHADO VIEIRA

REINALDO DOS SANTOS

Doi: 10.35260/87429991p.83-97.2021

DECOLONIALIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA RELEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO 83

RODRIGO CAPELLE SUESS

ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.99-113.2021

**DOCÊNCIA COMPARTILHADA E ENSINO DE GEOGRAFIA:
REFLEXÕES E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SÃO PAULO/SP99**

ALEX MARIGHETTI

Doi: 10.35260/87429991p.115-127.2021

**EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E AMBIENTAL: PROPOSTAS E
DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO
DE CORUMBATAÍ-SP 115**

ÉDER RODRIGO VARUSSA

Doi: 10.35260/87429991p.129-143.2021

**EDUCAÇÃO, LIVRO DIDÁTICO E O PROFESSOR CRÍTICO-
REFLEXIVO: POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAR A
PRÁTICA DOCENTE..... 129**

HUGO DE CARVALHO SOBRINHO

Doi: 10.35260/87429991p.145-159.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DO LOCAL: O CASO DA
EXPANSÃO URBANA NA ZONA SUL DE ILHÉUS/BA 145**

ELISÂNGELA ROSEMERI MARTINS SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.161-174.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
FORTALECIMENTO E (RE)CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
CAMPONÊS 161**

EDUARDO HENRIQUE MODESTO DE MORAIS

Doi: 10.35260/87429991p.175-187.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA E REALIDADE SOCIOESPACIAL
NAS CIDADES CAPITALISTAS: CONDIÇÕES DESIGUAIS,
ACESSO À MORADIA E PRECARIIDADE DO HABITAR... 175**

GILSELIA LEMOS MOREIRA

Doi: 10.35260/87429991p.189-201.2021

**ESTATUTO DA CIDADE COMO TEMÁTICA PEDAGÓGICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS..... 189**

RICARDO JOSÉ GONTIJO AZEVEDO

Doi: 10.35260/87429991p.203-213.2021

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA
USP PARA O ENSINO SECUNDÁRIO DA ESCOLA
PAULISTA (1934-1960) 203**

MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA MELLO

Doi: 10.35260/87429991p.215-228.2021

GEOGRAFIA URBANA PARA O 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: O ESPAÇO URBANO DO DF E ENTORNO COMO POSSIBILIDADE DE REFERÊNCIA AO ENSINO NOS LIVROS DIDÁTICOS..... 215

RICARDO CHAVES DE FARIAS
MARIANA REZENDE SOUZA

Doi: 10.35260/87429991p.229-240.2021

IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOCENTE ACERCA DO LUGAR DO/A ESTUDANTE: O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA..... 229

HENRIQUE RODRIGUES TORRES

Doi: 10.35260/87429991p.241-251.2021

LICENCIATURAS DE GEOGRAFIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: MOVIMENTOS HISTÓRICOS, PROCESSOS FORMATIVOS E PERSPECTIVAS 241

ANDRÉ LUÍS MESSETTI CHRISTOFOLETTI
DIEGO CORREA MAIA

Doi: 10.35260/87429991p.253-265.2021

METODOLOGIAS APLICADAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA O EDUCANDO SURDO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI..... 253

ELAYNE CRISTINA ROCHA DIAS

Doi: 10.35260/87429991p.267-281.2021

MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DOCENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO..... 267

GLEYCE ASSIS DA SILVA BARBOSA

Doi: 10.35260/87429991p.283-294.2021

MODELOS DE SIMULAÇÕES: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA SIGNIFICATIVA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA..... 283

ALEXANDRE DOS SANTOS DA ROSA

Doi: 10.35260/87429991p.295-308.2021

NOVO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO..... 295

TATIANE RODRIGUES DE SOUZA
EVANDRO CÉSAR CLEMENTE

Doi: 10.35260/87429991p.309-322.2021

OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO 309

LEONARDO FERREIRA FARIAS DA CUNHA
ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.323-339.2021

PARA BOM PROVIDOR UMA PLATAFORMA MOODLE BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EaD 323

DÉBORA GASPAS SOARES

Doi: 10.35260/87429991p.341-354.2021

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA E PROCAMPO: CEGEO E LEDUC 341

RODRIGO SIMÃO CAMACHO

Doi: 10.35260/87429991p.355-368.2021

POR UMA BASE DE CONHECIMENTOS DOCENTES: AS CONTRIBUIÇÕES DE L. S. SHULMAN NA DISCUSSÃO DO PROFISSIONAL PROFESSOR DE GEOGRAFIA 355

VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA
CLAUDIVAN SANCHES LOPES

Doi: 10.35260/87429991p.369-383.2021

PRÁTICAS DE CARTOGRAFIA E ASTRONOMIA EM SALA DE AULA: TRAJETÓRIA FORMATIVA DURANTE UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GEOGRAFIA 369

DIEGO MAGUELNISKI

Doi: 10.35260/87429991p.385-399.2021

PRÁTICAS FORMATIVAS E DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS 385

DIEGO CORREA MAIA
ANA CLAUDIA NOGUEIRA MAIA

Doi: 10.35260/87429991p.401-412.2021

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA: ANÁLISES DA CONTEMPORANEIDADE 401

ANGILENE DE FÁTIMA FERREIRA ANDRADE

Doi: 10.35260/87429991p.413-424.2021

RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO E PENSAMENTO ESPACIAL: UMA ANÁLISE APLICADA À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS 413

DENISE MOTA PEREIRA DA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.425-438.2021

**REFLEXÕES SOBRE O USO DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: OBSTÁCULOS NA
PRÁTICA DOCENTE..... 425**

ANA PAULA PINHO PACHÊCO GRAMATA

Doi: 10.35260/87429991p.439-452.2021

**O SABER EXPERIENCIAL NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DO DOCENTE EM GEOGRAFIA 439**

BALTASAR FERNANDES GARCIA FILHO

Doi: 10.35260/87429991p.453-466.2021

**TENDÊNCIAS DA PESQUISA GEOGRÁFICA:
O USO DA CATEGORIA PAISAGEM NOS TRABALHOS
DO EGAL (1987 A 2017)..... 453**

LARISSA DONATO

BRUNA MORANTE LACERDA MARTINS

Doi: 10.35260/87429991p.467-478.2021

**USO DO LIVRO DIDÁTICO E O AGRINHO:
UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
A PARTIR DO LUGAR..... 467**

THIARA GONÇALVES CAMPANHA

APRESENTAÇÃO

A pesquisa em Geografia, nos núcleos de pós-graduação das universidades brasileiras, cresceu expressivamente no início do Século XXI em decorrência da implementação de políticas públicas educacionais voltadas ao ensino superior. Nesse contexto, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) promoveu, com regularidade, encontros nacionais orientados à divulgação científica na área e a decorrente discussão dessa.

Historicamente a ANPEGE promoveu treze Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE (desde 1995), eventos que mobilizaram centenas de pesquisadores para a apresentação/discussão de suas pesquisas em grupos de trabalhos temáticos associadas às grandes áreas da ciência geográfica: Geografia Física, Geografia Humana e Ensino de Geografia. Nesse escopo merece destaque a inserção das questões relativas ao ensino, aprendizagem e formação de professores de Geografia, que apareceu pela primeira vez em 2007 no VII ENANPEGE, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

Desse modo, as questões referentes à educação geográfica, denominadas como Ensino de Geografia, foram encaminhadas no âmbito de um grupo temático nos ENANPEGEs dos anos 2007 até 2013, que congregou não somente geógrafos, mas, também, professores de Geografia, que buscavam na qualificação em nível de pós-graduação, a oportunidade para discutir questões relativas à sua prática, formação, problemas, desafios no exercício da profissão, entre inúmeras outras temáticas.

Porém, no contexto das políticas públicas educacionais implementadas ao ensino superior, pode-se afirmar, resumidamente, que o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) aumentou o número de universidades públicas federais no território nacional, desconcentrando-as para todas as regiões brasileiras; por meio da criação de novos campi de instituições já consolidadas, bem como novas instituições; que resultaram na ampliação da oferta de vagas, para além dos tradicionais centros metropolitanos, em novos cursos e modalidades (presencial e à distância), mas, sobretudo, nas licenciaturas. Do mesmo modo, os programas de pós-graduação foram incrementados com novas linhas de pesquisa, inclusive com a emergência das questões referentes à educação geográfica e resultaram no aumento de pesquisas relacionadas aos temas vinculados à Formação Docente e ao Ensino de Geografia.

Tais situações justificam, em parte, a participação de professores de Geografia da Educação Básica nos eventos promovidos pela ANPEGE, principalmente em virtude de sua participação na pós-graduação, nas temáticas relativas à educação geográfica. Além disso, as questões vinculadas ao tema começaram a consolidar uma nova área de especialização: a Geografia Escolar.

O impacto dessa situação é visível quando se analisa a quantidade de grupos de trabalho nos encontros nacionais organizados pela ANPEGE. De 1 grupo criado no VII ENANPEGE em Niterói/RJ em 2007, passamos para 6 grupos de trabalho (GTs) em 2019. São eles: Cartografia Escolar; Educação Geográfica e Formação de Professores; Ensino de Geografia; Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático; Linguagens e Educação Geográfica, e Teoria e Método na Educação Geográfica. Há de se ressaltar, também, que o número de inscritos nos grupos da educação é significativo e atestou um crescimento paulatino e progressivo de pesquisadores, o que evidencia a importância crescente da temática, nos fóruns nacionais de pesquisa em Geografia.

A organização dos Grupos de Trabalho (GTs) tem por objetivo garantir a pluralidade dos diferentes grupos de pesquisa e dos diferentes programas de pós-graduação, bem como estabelecer uma rede interinstitucional como forma de subsidiar o fortalecimento de redes de pesquisa em Geografia no país. Dessa forma, o GT 16 se constitui em uma rede a partir da afinidade de pesquisa e afinidade temática, ou seja, uma rede não institucionalizada, mas uma rede de várias perspectivas da Formação Docente e do Ensino de Geografia.

Atentos a esse movimento, foi proposto em 2017 o GT Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na edição subsequente, foi mantida a proposta e novos pesquisadores passaram a compor o Grupo de Trabalho, que fez parte da programação do XIII ENANPEGE, organizado na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, USP, em São Paulo/SP.

Em 2019, o GT - Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático propôs a análise das distintas relações e articulações entre a formação docente em Geografia e a Geografia Escolar, assim

como a inter-relação entre o ensino de Geografia e a utilização do livro didático, no âmbito da Educação Básica.

Além disso, foi realizada a discussão acerca dos Projetos pedagógicos nos cursos de licenciatura em Geografia e suas implicações na formação inicial docente, bem como a análise da formação de professores a partir de referenciais teóricos afins, concepções curriculares contemporâneas e a legislação brasileira destinada a esse processo, em especial a BNCC e as novas orientações ao Ensino Médio.

Nesse contexto, discutiu-se a importância e os desafios do estágio supervisionado para a formação inicial comprometida com os anseios da docência na contemporaneidade, além da prática profissional dos professores de Geografia da educação básica e os novos desafios dessa profissão. Mas, também, foi pensado a discussão sobre o livro didático, seu papel no ensino de Geografia e sua prevalência como um dos principais recursos didáticos utilizados no ensino dessa disciplina. A utilização do Livro Didático em tablets, e-books e similares.

Na atualidade, os distintos recursos didáticos encontram-se disponíveis por meio de aplicativos e mídias digitais, os quais vem sendo cada vez mais utilizados na Geografia Escolar. Vale salientar que esses recursos possibilitam diversos caminhos a serem trilhados na formação inicial e continuada, propiciando um processo de ensino aprendizagem que visa atender às demandas do mercado e o desenvolvimento do conhecimento científico e acadêmico.

Assim, dada a qualidade técnica dos trabalhos apresentados e movidos pela necessidade de fortalecer a discussão sobre a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro Didático, foi sugerido e decidido pela comissão organizadora do GT a organização de um livro com a intenção de incentivar os novos pesquisadores por meio da publicação de seus artigos, ou seja, aqueles apresentados no XVIII ENANPEGE, em São Paulo, 2019, e fomentar ainda mais a

rede com novas perspectivas de Formação Docente, do Ensino de Geografia e do Livro Didático em âmbito nacional, com a reunião de publicações de diversos grupos de pesquisas, em diferentes linhas de Ensino de Geografia nos Programas de Pós-Graduação em Geografia de Universidades localizadas em todas as regiões brasileiras. Este livro e seus respectivos capítulos exprimem as inúmeras abordagens do complexo teórico e metodológico que envolve a pesquisa acadêmica e a discussão de temas relacionados com a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro didático e que são fundamentais para a compreensão da Geografia Escolar.

Boa leitura!

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo (UFPI)

Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos (UFAL)

Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite (UnB)

Profa. Dra. Marcileia Oliveira Bispo (UFT)

Prof. Dr. Clézio dos Santos (UFRRJ)

GT Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático

NOVO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO

Tatiane Rodrigues de Souza

E-mail: tati87souza@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2014405802362412>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3686-3671>

Evandro César Clemente

E-mail: evandroclemente@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8634079545873551>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>

Introdução

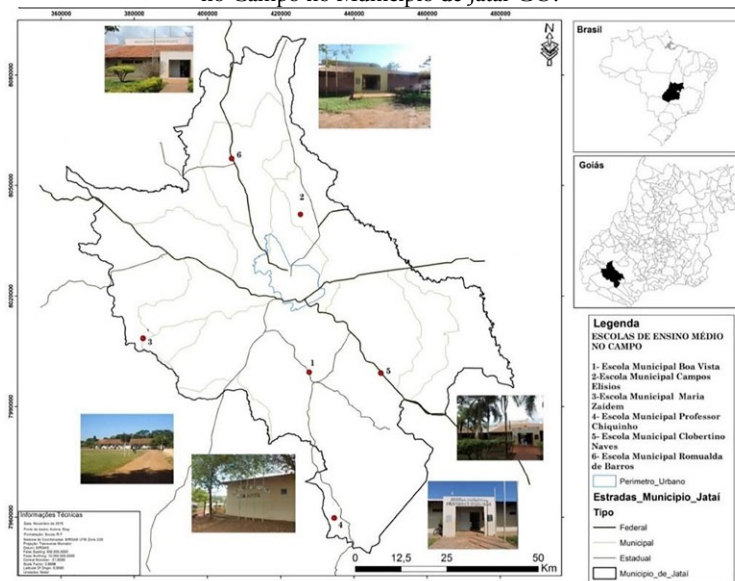
Do ponto de vista educacional, entendemos que a educação necessita de reformas, afinal os tempos não são os mesmos, o conhecimento, as tecnologias e as informações exigem que novas estratégias pedagógicas sejam inseridas no contexto escolar. Entretanto, as alterações curriculares, a imposição de novas reformas educacionais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC vem sendo principalmente pensadas por critérios econômicos, evidenciando uma estratégia neoliberal ao identificar que parte das disciplinas escolares não serão obrigatórias no Ensino Médio, reafirmado que o maior interesse da sociedade capitalista na educação é mercadológico.

A luta por uma educação do campo também se insere nas discussões de políticas educacionais dignas para todos os sujeitos, portanto, é necessária uma política educativa e democrática que possibilite

senso crítico e atenda os anseios dos educadores e alunos, inseridos em distintos e variados contextos geográficos.

O recorte espacial para a execução da pesquisa é o município de Jataí, que se localiza na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás (IBGE). O estudo é direcionado nas escolas localizadas no campo que ofertam o Ensino Médio, conforme Figura 1.

Figura 1 - Localização das Escolas que ofertam o Ensino Médio no Campo no Município de Jataí-GO.



Fonte: SIEG, 2015. Org: SOUZA, R. F (2015).

A metodologia é direcionada a partir de levantamento bibliográfico, análise e consulta em documentos oficiais e entrevistas realizadas com os seis (6) professores de Geografia que trabalham nas escolas que ofertam o Ensino Médio das extensões da Rede Estadual no campo do município de Jataí-GO.

O presente texto é oriundo das discussões prévias da pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) da Regional

Jataí¹. Organiza-se pelo objetivo de apresentar as adversidades do sistema educacional brasileiro e seus impactos no ensino de Geografia na modalidade do Ensino Médio, especificando o posicionamento dos educadores de Geografia das respectivas escolas no campo desde município.

O Ensino Médio, a Reforma e a Geografia

As autoridades governamentais estabelecem, a partir das reformas educativas, medidas que constantemente fracassaram pela falta de investimentos financeiros, pela ausência de políticas comprometidas na formação dos professores e na inexistência de uma estrutura pedagógica (DOMINGUES *et al.*, 2000).

Obviamente, a Base Nacional Comum Curricular, pautada na Lei 13.415/2017, que estabelece o novo Ensino Médio, insere-se como uma nova provocativa da política neoliberal que prevalece os interesses do poder econômico. O Currículo proposto pela BNCC no Ensino Médio é organizado em itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

Ao ler o texto da BNCC é possível acreditar que há particularidades positivas, afinal, apresenta uma educação em tempo integral para cumprir as 1400 horas/anuais, a oferta de cursos técnicos, aprofundamentos no uso de linguagem contextualizada em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas, indígenas e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a inclusão de tecnologias digitais, projetos para formações sociais, criação de experimentos, modelos protótipos para criação de produtos, entre outros (BRASIL, 2018).

1 Pesquisa financiada pela bolsa de estudos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Entretanto, como é que se materializa essas normativas nas escolas? Sim, naquela e nas tantas e outras unidades escolares que não dispõem de nenhuma estrutura física, recursos tecnológicos e humanos para ofertar tal educação? Particularmente, as reformas educacionais são impostas de cima para baixo, desconsiderando as necessidades das populações, e os educadores não são os protagonistas na elaboração de currículos, criam-se encontros pedagógicos para apresentar as mudanças que serão instituídas no âmbito educacional, e os docentes aparentemente participam das novas orientações curriculares (DOMINGUES *et al.*, 2000).

Os itinerários formativos deverão ser ofertados de acordo com as necessidades da escola, e os alunos terão o “direito” de optar pelos conhecimentos segundo seus futuros interesses de formação. Mas, na verdade, os alunos vão escolher de acordo com a oferta das suas respectivas escolas, que possivelmente terão condições de manterem o Ensino Médio com os itinerários de linguagem e ciências humanas, afinal, não há recursos suficientes para manterem uma infraestrutura em níveis técnicos, os quais demandam a construção de laboratórios e profissionais qualificados para atuarem nesta modalidade.

É válido ressaltar que cada ciência possui suas especificidades, suas teorias e conceitos próprios. Para tanto, os itinerários formativos descaracterizam a especificidade particular dos conhecimentos das disciplinas. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), por exemplo, percebe-se a ausência das temáticas voltadas para os aspectos físicos da Geografia. Apresentam-se apenas as competências pautadas nos aspectos sociais e humanos, desconsiderando as particularidades da Geografia Física.

Observa-se, pela leitura da BNCC do Ensino Médio, que as discussões voltadas para questões ambientais, climáticas, formações

geológicas da terra, entre outros, estão direcionadas aos estudos da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química).

O fato é que a Geografia é uma ciência que estuda a Terra em todos os aspectos físicos e humanos. Seu estudo perpassa pela compreensão das particularidades da Terra e das relações humanas na natureza, assim, os profissionais dessa ciência disseminam, por meio da prática docente, os conceitos geográficos pautados nos aspectos físicos e humanos ao buscarem explicações da realidade que nos cercam.

Ao repensar a reforma curricular da Geografia, Gonçalves (1999) pontua que é preciso uma fundamentação maior nos currículos do ensino básico, particularmente nos estudos físicos da disciplina. Contraditoriamente, a Reforma do Ensino Médio descaracteriza a especificidade da ciência geográfica.

É declarado na Seção IV da LDB/96 do Ensino Médio que umas das suas finalidades é compreender os conhecimentos científico-tecnológicos de cada disciplina. Entretanto, ao apresentar a Geografia na BNCC no critério dos itinerários formativos, perdem-se as características científicas da ciência geográfica ao negligenciar os seus aspectos físicos de estudo.

As reformas educativas e as orientações curriculares no Estado estão sempre vinculadas aos ideais das respectivas autoridades políticas. O formato do Ensino Médio na BNCC está impregnado pelo poder da política neoliberal, uma medida fracassada ao instituir uma reforma que necessita de maiores investimentos financeiros, oriunda de uma trajetória política que aprova a PEC 241, que congela os investimentos na educação por 20 anos, pautada pela ideologia da classe dominante que, obviamente, favorece a exclusão dos diferentes sujeitos sociais.

A lógica pautada no capitalismo mercantil está presente nos documentos curriculares. Para superar tais desafios, é preciso de estratégias juntamente com as instituições de ensino para impor e legitimar uma pedagogia de direitos que criem uma formação com a concepção da diversidade do campo. Não é suficiente apresentar normativas que mencionam as adaptações para os modos de vida do campo, é preciso de políticas efetivas que ofereçam uma pedagogia das diversas populações rurais (ARROYO, 2007).

Ao descrever a construção dos currículos, há referências no documento da BNCC de que é preciso que os entes federais elaborem currículos que possam considerar a diversidade cultural, adequar às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, entre outras) (BRASIL, 2018).

Embora haja essas considerações em orientações curriculares, ainda não são levadas a sério na prática educativa. Pode-se dizer que os desafios para a consolidação por uma educação do campo são diversos. É importante ressaltar que é preciso de formação de educadores que estabeleçam diálogo teórico e crítico com os saberes das populações locais. Além disso, sabe-se que, para preparar currículos específicos, serão necessárias políticas:

[...] focadas para a especificidade de ser profissional da educação do campo, os currículos são questionados e os cursos de formação e as instituições são levadas a assumir a responsabilidade permanente de oferecerem cursos específicos de formação de educadores do campo (ARROYO, 2007, p. 165).

No âmbito educacional, há uma diversidade de sujeitos que requerem uma pedagogia específica e particular. Por essa razão, é necessário que os docentes possam ser profissionais licenciados com

formações continuadas para atuarem nestas instituições escolares, não somente possuir o notório saber.

Evidentemente, tratando-se das escolas localizadas em áreas rurais, percebe-se que as populações do campo são negligenciadas ao direito por uma educação de qualidade. Isso porque ainda há o contínuo fechamentos das escolas, a permanência das turmas multiseriadas, a ausência de cursos para formação de professores, a falta de estrutura física e materiais pedagógicos, as precárias condições do transporte escolar, as horas percorridas para os estudantes chegarem a suas escolas ou residências e pelos constantes ataques das políticas neoliberais oriundas das reformas educacionais que desconsideram a diversidade dos sujeitos.

Os professores de Geografia nas escolas localizadas no campo do Ensino Médio no município de Jataí-GO

A maioria dos educadores entrevistados está exercendo seu trabalho em regime de contrato temporário, os quais são renovados anualmente pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), o que cria instabilidades profissionais, sendo que apenas uma (1) destes é concursado na rede por mais de 19 anos. Dois dos professores atuam em escolas rurais por apenas dois (2) anos, estando os demais exercendo a docência em escolas no campo entre seis a oito (6-8) anos, evidenciando que estes possuem uma compreensão maior da prática docente nessas unidades escolares.

Os docentes são temporários, não possuem vínculos com as realidades dos sujeitos e são vítimas das políticas públicas ineficientes que não priorizam uma educação de direitos. Ademais, entende-se que é preciso que os educadores conheçam o debate da educação no/do campo. Por essa razão, indagou-se se os professores tinham conhecimento dessa temática.

Em geral, identifica-se que todos os entrevistados conhecem ou já ouviram alguma prévia da temática, mas nem todos compreendem a base teórica e crítica da educação do campo por falta de maiores discussões durante a graduação ou pela ausência de formação específica na própria SEE. Três dos entrevistados indicaram que estudaram o tema em algumas aulas, e os demais docentes descreveram: “não estudei o tema na universidade, mas vejo a educação no campo como uma porta para os saberes locais e a construção de novos saberes” (P1, 2018). “Uma educação formal estruturada de acordo com os objetivos gerais, com adaptações em relação à realidade dos alunos, que neste caso é o campo. Não tive instrução específica” (P4, 2018).

Independentemente do descaso das políticas educacionais e das lacunas da nossa formação superior, é preciso que nós, enquanto educadores, possamos nos esforçar para participar de seminários, congressos, minicursos e demais debates voltados para a nossa prática escolar, o que possibilita ricas informações para a nossa atuação profissional, o que certamente nos ajudam a lidar e compreender os desafios ao trabalhar nas escolas rurais.

É essencial que os educadores possam ter posicionamentos teóricos e críticos referentes a uma educação emancipatória, que é negada aos diferentes sujeitos. Uma formação mais abrangente, pautada na realidade e nas necessidades dos educandos. Entretanto, o campo é secundarizado, e o novo discurso é a “equidade” na educação. Entretanto, esquecem-se de que há uma diversidade de sujeitos que requerem políticas específicas, isto porque são alunos que vivem realidades distintas. Ademais, pode-se comprovar, pelas considerações dos professores entrevistados, que os alunos requerem uma pedagogia voltada para os direitos deles.

Para exemplificar, um docente descreve que dar aulas nessas escolas significa “considerar as necessidades do cotidiano do aluno,

logo esse será diferente do aluno da cidade” (P4, 2018). Outro professor descreve que existem diferenças entre os estudantes das áreas rurais e urbanas, ao destacar que “a maior parte dos alunos ajudam nas atividades das fazendas, como plantar e colher, comprometendo o tempo de estudo” (P1, 2018). Três dos outros docentes apresentam, de maneira geral, que há poucos alunos por turma, contribuindo para o desenvolvimento das aulas, e que muitos gostam de estar na escola para obter uma oportunidade no mercado de trabalho.

Embora não se tenha um currículo específico para os estudantes do campo do município de Jataí, os professores afirmaram que realizam abordagens e metodologias voltadas para a vivência deles, a fim de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem.

Pensar o espaço da vivência dos estudantes favorece nossas discussões em aulas, é ver uma Geografia como leitura de vida e mundo, isso faz com que os conhecimentos geográficos se tornem importantes para os alunos/sociedade. Por essa e outras razões, é relevante que estes sujeitos tenham propostas pedagógicas específicas, voltadas para suas realidades e necessidades.

Todavia, para que ocorram propostas pedagógicas específicas para os sujeitos do campo, é preciso de políticas públicas e envolvimento das autoridades municipais e estaduais de ensino para que de fato mudanças estruturais possam ocorrer. Assim, acredita-se que a Geografia escolar pode contribuir para a formação e compreensão da realidade do aluno e do seu lugar de origem.

O saber docente e suas metodologias de ensino fortalecem a compreensão dos alunos ao correlacionar as temáticas curriculares com os seus conhecimentos e vivências locais. Apesar das dificuldades e da desvalorização desses profissionais, os professores se esforçam e se dedicam para ministrar aulas que possam apresentar significados nas contradições e transformações sociais.

É preciso salientar que as adversidades desse sistema educacional brasileiro não possibilitam motivações na prática docente. Os professores estão sendo vítimas das novas reformas educativas, profissionais que não são respeitados pelas políticas neoliberais. Nos próximos anos, a Geografia e as demais disciplinas das ciências humanas sofrerão mudanças que irão alterar a estrutura curricular das esferas educacionais, em especial do Ensino Médio.

Sempre haverá adversidades no desenvolvimento do trabalho docente, seja pelo currículo, seja pela quantidade de aulas que são insuficientes para o Ensino Médio, o que dificulta o planejamento pedagógico com um maior rigor teórico e prático. Além disso, as condições de trabalho ofertadas aos professores condicionam a metodologias de ensino fragmentadas, afinal, são trabalhadores que não dispõem de tempo e recursos para desenvolverem e elaborarem aulas mais contextualizadas com o cotidiano dos alunos.

Pode-se ainda destacar a Lei provisória Nº 13.415, de fevereiro de 2017, a qual estabelece o Novo Ensino Médio juntamente com a BNCC, uma reforma que implica alterações nos currículos, em que uma parte das disciplinas serão obrigatórias e as demais optativas. A Geografia é uma das disciplinas das ciências humanas que perderá sua identidade e carga horária semanal na futura mudança do currículo nacional.

Tendo em vista as novas propostas para o Ensino Médio, todos os professores de Geografia entrevistados manifestaram preocupações quanto à carga horária semanal, à valorização profissional e à permanência ou não desta disciplina. Um dos docentes apresenta que “o maior medo é que a Geografia não tenha visibilidade e deixe de ter importância, uma vez que esta, muitas das vezes, não é valorizada como outras disciplinas são” (P2, 2018).

O ensino de Geografia passará a não mais ser obrigatório, o que é uma intenção de um grupo político de se retirar disciplinas que promovem a reflexão do aluno em relação ao seu papel diante a sociedade. Esta “reforma” é um retrocesso para a educação formal e emancipatória, uma vez que a Geografia dividindo um itinerário formativo de Ciências Humanas com outras disciplinas retira o seu sentido que é próprio de cada ciência, podendo ainda este itinerário ser apresentado apenas em um semestre do ensino médio.

Estas reestruturações, implicará na perda do campo de trabalho pelos licenciados em Geografia, e em médio e longo prazo, na diminuição da procura pelos jovens pela Geografia nas instituições de ensino superior, criando assim um cenário que possibilitará a exclusão da Geografia no ensino médio (P4, 2018).

O docente P4 (2018) está informado pelas mudanças do Novo Ensino Médio. De fato, é um retrocesso para a Geografia e demais disciplinas que perderão suas identidades nesse itinerário formativo das Ciências Humanas, o que certamente implicará na aprendizagem significativa dos alunos. Para Silva (2010), o currículo sempre foi imposto hierarquicamente a fim de favorecer determinados conhecimentos, um documento ideológico.

Na atualidade, as orientações curriculares seguem as normativas da ideologia da classe dominante, valorizando parte das disciplinas escolares e excluindo, sobretudo, a relevância das disciplinas das ciências humanas. Ademais, perde-se também a inserção de novos profissionais nos cursos de licenciatura, conforme destacou P4 (2018). Já o docente P6 (2018) enfatiza que:

Acredito que essa mudança é um retrocesso para a educação. A escola, bem como os conteúdos escolares, deveriam

servir não só para dar base para que os alunos ingressem no mercado de trabalho ou entrem numa universidade, e sim serem formados para atuarem enquanto cidadãos. Com essa medida, disciplinas de cunho crítico estão perdendo o valor, o que implica numa possível retirada dessas a daqui uns anos e, conseqüentemente, a retirada de possibilidade de tratar de temas relativos à sociedade na escola (P6, 2018).

A política neoliberal não está preocupada com a formação de sujeitos, a reforma educacional é pensada para fins de mercado, já que as disciplinas das ciências humanas nos fazem pensar, raciocinar e questionar, ou seja, é o oposto do que querem as classes dominantes. Cabe a nós entender que esse propósito para o novo Ensino Médio é resultante do velho discurso da educação básica das últimas décadas, conforme Silva (2018).

Todavia, mais uma vez o discurso dominante ganha poder no âmbito educacional. O currículo é pensado de cima para baixo. Segundo Silva (2010, p. 31), “[...] a sociedade capitalista não se sustentaria se não houvesse mecanismos e instituições encarregadas de garantir que o *status quo* não fosse contestado”. Isso ocorre por meio do aparelho ideológico que “[...] é constituído por aquelas crenças que nos levam a aceitar as estruturas sociais (capitalistas) existentes como boas e desejáveis” (*Idem*).

Os professores reconhecem os desafios de se trabalharem na atual conjuntura educacional, mas na realidade o sistema educativo sempre foi alvo das políticas neoliberais que se pautam na ideologia de mercado, criando na sociedade o imaginário de uma educação próspera com as novas reformas. Enquanto isso, há uma realidade nas escolas que seguem currículos nacionais que não consideram as realidades dos diferentes sujeitos, como a dos alunos que vivem nas áreas rurais.

Os desafios no âmbito educacional não são somente curriculares, são também estruturais, pois existem inúmeras medidas que

deveriam ser cumpridas, como a construção de mais escolas no campo e maiores recursos para estas unidades escolares, para que as mesmas pudessem funcionar de maneira digna.

Considerações finais

Considera-se que existem inúmeras adversidades no ensino escolar, principalmente nas escolas localizadas no campo, adversidades estas que interferem no saber e fazer docente. Além disso, os educadores deverão enfrentar a perda da especificidade da Geografia na educação do Ensino Médio.

Acredita-se que são os professores que fazem a diferença ao discutir as questões sociais, políticas e econômicas. É assim que se pode criar uma pedagogia de direitos, isto é, por meio da prática docente. Portanto, se essa é a única ferramenta de intervenção libertadora, é preciso de metodologias que fortaleça o estudante a compreender suas origens e sua relação com mundo.

A escola pública é mantida para garantir a economia capitalista, reproduzindo uma sociedade subordinada ao capital. Entretanto, é preciso perseverar em uma pedagogia de direitos, que seja na prática docente do professor de Geografia, um profissional que tem como papel cumprir uma discussão teórica voltada para os interesses das diferentes classes sociais, ou seja, ir além do conteúdo o qual poderá contribuir por meio das temáticas escolares um ensino que possa favorecer e fortalecer a autonomia dos sujeitos.

Referências

ARROYO, M. S. Políticas de Formação de Educadores(as) do campo. Cadernos do Cedes/**Centro de Estudos Educação Sociedade**. v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. São Paulo; Cortez; Campinas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf> Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio.** Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2017.

DOMINGUES, J.J.; TOSCHI, N.S.; OLIVEIRA, J.F.A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 70, p. 63-79. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Reformas no Mundo da Educação. *In*: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Orgs.) **Reformas no mundo da Educação**: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, M. R. da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 24 fev. 2019.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. -1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato
15 x 22 cm em pólen 80 g/m², com 510 páginas e em e-book formato pdf.
Impressão e acabamento: Gráfica Bueno Teixeira
Agosto de 2021.

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Este livro e seus respectivos capítulos exprimem as inúmeras abordagens do complexo teórico e metodológico que envolve a pesquisa acadêmica e a discussão de temas relacionados com a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro didático e que são fundamentais para a compreensão da Geografia Escolar. Foi organizado com a intenção de incentivar os novos pesquisadores por meio da publicação de seus artigos, ou seja, aqueles apresentados no XVIII ENANPEGE, em São Paulo, 2019, e fomentar ainda mais a rede com novas perspectivas de Formação Docente, do Ensino de Geografia e do Livro Didático em âmbito nacional, com a reunião de publicações de diversos grupos de pesquisas, em diferentes linhas de Ensino de Geografia nos Programas de Pós-Graduação em Geografia de Universidades localizadas em todas as regiões brasileiras.

